ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

2018

Ata da audiência pública realizada até o final de setembro

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

LIDO EM SESSÃO
Em 01/11/18
1º Secretário

01/11/18

AUDIENCIA PÚBLICA
2º QUADRIMESTRE DE 2018

Alagoinhas, 27 de Setembro de 2018.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, à hora regimental, realizou-se na Câmara Municipal de Alagoinhas uma audiência pública de acordo Oficio **nº 148/2018,** de autoria do **Poder Executivo**, para apresentação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 4º Bimestre/2018, e do Relatório de Gestão do **2º Quadrimestre de 2018,** que atende ao disposto no Parágrafo 4º, no Art. 9º da Lei de Responsabilidade Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. **Dentre os convidados presentes: Daniel Ivo Neri Grave – Secretário da Fazenda, Leila Carla Vila Flor Souza Gabriel – Controladora**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Geral do Município, e os Vereadores Luciano Sérgio de Jesus Santos, Luciano Márcio Santos Almeida, Raimundo Alves dos Santos "Gode", Raimunda Neire Florêncio de Souza, José Cleto dos Santos Filho, Roberto José Torres de Lima, Jorge de Santana Gonçalves, Francisco Ribeiro de Oliveira "Thor de Ninha", Darlan Lucena de Oliveira, Edilson Ferreira Lima "Duy do Frango", Noberto Alves Moita "Bebé". Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Presidente Roberto Torres, e diz da importância dessa audiência pública quando se trata de uma prestação de contas oriundas do poder executivo. **Logo, convida o Sr. Secretário Daniel Ivo Grave – Secretário Municipal de Fazenda, para apresentação do quadrimestre;** faz uma breve saudação ao publico, e em especial aos Srs. Vereadores. Ressalta a obrigatoriedade da audiência pública do quadrimestre da gestão fiscal da

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Prefeitura de Alagoinhas: Hoje irá apresentar o período do 2º quadrimestre de 2018 até o mês de agosto. Inicia sua fala apresentando a Execução Orçamentaria das Receitas que está em anexo a essa Ata. **O Sr. Presidente passa a palavra a Sra. Leila Carla Vila Flor Souza Gabriel – Controladora Geral do Município**, saúda a todos os presentes. Inicia sua fala apresentando a Execução Orçamentária das despesas do município que está em anexo a essa Ata. **O Sr. Presidente concede a palavra aos Srs. Vereadores, com a palavra o Vereador Francisco Ribeiro (Thor de Ninha), Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar a todos os presentes. Primeiro gostaria de tirar algumas duvidas, principalmente, com índice de pessoal. Através do números o índice está 54,69%, se gastamos 54,69%, e a arrecadação chegou 63%, como ficara esse valor ate o final do ano? Com relação a despesa de capital, só foram executadas

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

43%, esse despesa de investimento o correto seria de 66% ou 2/3, já que estamos no segundo quadrimestre. Isso demostra que o Governo não está conseguindo realizar suas obras? Com relação a COGER, como uma controladoria interna não conseguiu perceber os desvios e superfaturamento que houveram do transporte escolar durante uma gestão, inclusive essa? Como a GOGER não viu o aumento considerável dos contratos das cooperativas de saúde? Com relação à CIPE, a contribuição de Iluminação pública poderá chegar três milhões de reais, por que não á prestação de contas da CIPE? O que está sendo feito com os recursos da CIPE? Porque o Secretário ainda não veio a está Casa para prestar contas? Obrigado! **Com a palavra o Sr. Presidente, responde:** para que o Secretário venha a está Casa, tem que ser através de Requerimento, votado e aprovado pelo Srs. Vereadores. Com relação a despesas de pessoal em

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

2018 já foram gastos 113,63 milhões, em 2017 foram mais 97 milhões, ouve um aumento de 12,42%, em 2016 foram gastos 79 milhões, qual o motivo do incremento nessas despesas? **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Luciano Almeida, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar a todos os presentes. E dizer ao Ver. Thor de Ninha que o Secretário virá a está Casa o mais breve possível. Com relação ao limite prudencial no ultimo quadrimestre estava em 52%, e hoje está próximo de 55%. E fiquei sabendo que os gastos com terceirizados não entrariam mais nesse limite. Isso é verdade? Sobre a PMAT, aonde aqui aprovamos para uma operação de credito para o Aterro sanitário e a Central de Abastecimento. Em que situação está essa operação de crédito? Qual o ranking de Alagoinhas no portal de transparência? Com relação a divida do município tem aumentado. O Governo praticará essa ação de negativar as

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

pessoas caso não pague sua divida ativa? **Responde a Sra. Leila Carla – Controladora Municipal, diz:** com relação ao índice de pessoal a gestão atual iniciou com alguns acordos que foram feitos, inclusive no último ano de gestão passada e que restou a Secretária de Fazenda acatar os acordos financeiramente, de aumentos de progressão, coisas que juridicamente que eram direitos do servidor. Outros fatores em 2017, muitas contratações estavam para vencer e tiveram que fazer novas contratações através de terceirizações. E por conta disso os salários estavam defasados e tivemos refazer essas questões. Outro motivo foi um projeto de Lei que foi aprovado com relação ao aumento de salário do SAAE que impactou no índice pessoal. Tiveram várias convocações (concursados) emergências de funcionários públicos nas Secretária de Saúde, Secretária de Educação e na SEMAS. Obrigado! **Pergunta o Ver. Luciano Almeida, diz:**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

que o gasto da saúde acima da média. O que tem sido feito e por que está acima do percentual? **Responde o Sr. Daniel Grave – Secretário Municipal de Fazenda, diz:** que o município não inaugurou creche, e sim manutenção de reformas. O índice de pessoal é a avaliado durante os 12 meses. E tiveram que nomear a partir de abril no 2017, por isso que aumentou o índice. O aumento que foi aprovado 2016 concedido pelo poder executivo foi na contra mão do mundo. O aumento foi de 10%, mais categoria tiveram 28%. Quero dizer que não sou contra a que o servidor tenha aumento, o momento que se deu aumento que foi errado. Porque isso refletiu agora durante esses dois anos. E esse problema passa ser da cidade. Então enquanto estiver aqui defenderei o município. Por isso que estamos pagando essa progressão de forma parcelada. Ressalta que em fevereiro do próximo ano quando vir apresentar o quadrimestre estará no

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

limite prudencial. A gestão contratou mais de 50 (cinquenta) concursados. Para suprir as demandas que estão paralisadas. Com relação à CIPE o Secretário da pasta já foi convocado. Existe um conselho que deve prestar contas e um portal de transparecia, aonde qualquer cidadão possa acessar. E dizer que seria importante que todos os Secretários da Pasta estivessem presentes, para responder pelos contratos. Com relação às Despesas de Capital isso depende exclusivamente do fator externo (Caixa Econômica, CAF, FDNE, SUS) esses órgãos que transfere despesas de capital. Obrigado! **Responde a Sra. Secretária,** com relação as terceirizadas, se sairia do índice de pessoal ou não. Não foi possível a retirada, porque maior parte das terceirizadas, existe algumas funções que estão no plano de cargo e salário. Com relação controladoria achei muito pertinente o questionamento do Vereador. Ressalta que está no município á dez anos, e sempre viu á

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

ação da Controladoria em vários aspectos. Principalmente, no aspecto que foi desenvolvido pelo Tribunal de Contas. Com relação à Licitação tem um setor especifico para analise do processo licitatório. E esse setor vem se evoluído muito nessa gestão. A evolução acompanhou as notificações do Tribunal Contas. As Leis de licitações e o Decreto Federal que trata sempre foram analisados com critérios pela controladoria. Eu acompanhei e posso testificar o cuidado que a controladoria tem nesse aspecto. Hoje temos um grupo especifico aonde cada Secretária tem um agente de orçamento. Cada agente desse ajuda na elaboração processual. O que aconteceu com relação ao transporte escolar e a rede saúde que culminou com a intervenção da Policia Federal a base do inicio foi cotação. Hoje estamos evoluindo nesse aspecto da auditoria aonde não tínhamos de fato. Trouxemos um projeto de lei para está Casa para aprovação do PAAI (Plano Anual de Auditoria

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Interna) onde está sendo colocada em prática. Temos um grupo de Secretário a CAOF, sendo mais rigoroso no aspecto de cotação. Então avançamos muito na controladoria com quinze servidores cada um com suas atribuições. Aonde antes era um quadro bem reduzido. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário, diz:** com relação ao transporte escolar, a gestão tomou algumas medidas ao contrato estava vigente. E partir dessas medidas adotadas se pensou num novo formato de licitação. E ficamos felizes por que o Ministério Público Federal notificou vinte e cinco cidades na Bahia dando vinte dias para os Prefeitos cancelar e fazerem novas licitações. Isso mostra como a Controladoria, SEDUC, e a Fazenda agiram corretamente na regularização desse processo. As contas de 2016 foram aprovadas pela Câmara, pelo Tribunal de Contas e Coger, então é bom dividir essas responsabilidades. Com relação ao PEMAT, demos azar por que o Governo Federal

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

mudou a forma de negociação. Então tivemos que recomeçar o projeto, e graças a Deus foi aprovado pela Caixa Econômica. Com relação a divida ativa, o município adotou medidas de protestar quem está na divida ativa. Quem não pagou seu imposto até dois mil e dezesseis terá seu nome negativado. O Governo do Estado com trinta dias se não pagar está com nome no Serasa. Então estou executando a medida justa e à lei federal determina. Obrigado! **O Sr. Presidente passa a palavra Ver. Luciano Sérgio, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar a todos os presentes. Concorda com fala do Sr. Secretário, quando fala da cobrança tributaria. De fato, o desafio é do País, do Estado e do Município em fazer justiça fiscal. Não podemos pensar o desenvolvimento sem quem tem mais, pagar mais. E o IPTU é o instrumento para essa questão. Temos algumas leis no município que tem que ser um caminho para aumentar a arrecadação. Nós do

legislativo nos sentimos desmoralizados pela execução daquilo que colocamos como lei. A exemplo, temos a lei dos quinze minutos. Temos vários supermercados, aonde não temos empacotador, e nessa Casa tem essa Lei. No próximo quadrimestre temos que fazer a discursão da aplicação dessa evolução. Porque não percebo no município o uso de recurso do fonte 0 para fazer a alegria da população. Três milhões/ano na iluminação pública mesmo sendo ruim com o contrato com a Coelba acho que se faz muito pouco. Com relação à gestão passada do PASEP e INSS, gostaria de saber qual foi à ação jurídica com relação a essas questões? Obrigado! **Responde o Sr. Secretário, diz:** particularmente não sabe dizer agora as etapas. Mas que o Procurador Jurídico está a frente dessa situação. **Retoma a palavra o Ver. Luciano Sérgio,** com relação ao limite prudencial que foi ultrapassado. Ultrapassou o teto máximo que

é 54%. E isso nos deixa preocupado. Com relação a saúde temos visto na rede social sobre a cooperativa de saúde que saiu de 8 milhões para 15 milhões. Isso é verdade? Ou se não, seria importante uma auditoria para apresentar essas ações. Uma Sugestão com relação ao ICMS, e a importância da nota fiscal. Eu acho que nesse sentido o munícipio precisa ser mais agressivo no ponto de vista da propaganda. Ou até pensar em uma premiação. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário, diz:** com relação a saúde entramos entrou em 2017, com um contrato vigente, e o contrato encerrou, e fizeram pregão, e a empresa vencedora foi a empresa que administrava o contrato anteriormente. E valor médio a fatura está em torno de hum milhão e duzentos mil reais. Somando com a folha da saúde que está em dois milhões, então só com o custo com profissionais está em torno de três milhões de reais. Esse contrato venceu 2018, diante da recomendação

da CGU não renovou esse contrato. A gestão está fazendo um outro modelo de contratação. O pregão vai ser eletrônico na contratação do pessoal exigência do Governo e reorganização do serviço na saúde. Responde a Sra. Secretária – que teve um aumento porque o contrato anterior só tinha médicos e na nova contratação foram incluídos novos profissionais na área de saúde. Por isso esse aumento nos postos de atendimento com outros profissionais. Responde a Sra. Tácia – Funcionária da Prefeitura Municipal na área de saúde, diz que na gestão anterior era um contrato com a rede de saúde. Após a nova licitação foram criados dois contratos um com a SAMU e Maternidade, e o outro PSF, policlínica, Caide, Unidade Básica de Saúde e a Unidade Move de Saúde. Quando o Prefeito Joaquim Neto assumiu tinha um defect. de muitos profissionais, principalmente dos psfs. E todos sabem se não

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

tiverem os profissionais não recebem o incentivo do Governo federal. Então tiveram que convocar porque as áreas de saúde estavam sem profissionais. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário, diz:** com relação ao incentivo das notas, excelente sugestão do Vereador Luciano Sérgio, e quem ganha com isso é município. Mas que tem vir uma Lei para Câmara ser aprovada. **Com a palavra o Ver. Francisco Ribeiro "Thor de Ninha",** quero fazer algumas correções quando disse: que havia entregue de creche, repetir uma informação trazida pela Prefeitura nessa apresentação. Com relação aos investimentos na despesa de capital encontrei um erro. No segundo quadrimestre de 2017 já tinha sido executada 13 milhões, e em 2018 foi executada 3 milhões e oitocentos mil reais. Então sei das informações estão corretas. Com relação ao transporte escolar essa Casa teve a responsabilidade de investigar. O Ministério Público está cheio de

denúncias dos Vereadores Luciano Sérgio e Radiovaldo Costa com relação ao superfaturamento do transporte escolar. Com relação aos restos a pagar não processados, como irá ficar até o final do ano? E esses restos a pagar estão inclusos as emendas parlamentares? Porque colocamos emendas aqui e o Prefeito não cumpre. Obrigado!

Responde o Sr. Secretário, diz: que o restos a pagar tem dois tipos: processados e não processados. Os processados é até dia 31 de dezembro o fornecedor entregou o material e o serviço foi prestado. O não processado é aquele que o serviço não foi concluído, ou o material não foi entregue. Em fevereiro quando vir aqui para prestar contas esse restos a pagar não processado deixara de existir. Com relação à emenda não acompanhei a de cada Vereador, mais podemos formalizar. Não temos recursos perdidos, se não aplicou naquele lugar posteriormente aplicará em outra situação.

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Com relação ao transporte escolar o procedimento que fizemos desta vez, foi totalmente diferente da outra gestão. **Responde o Sr. Gean - Sub Secretário Municipal de Saúde, diz:** com relação ao transporte escolar o preço caiu, e essa avaliação foi feita na casa do motorista. E a lei exige que seja do primeiro ponto de partida dos alunos. E tivemos essa reavaliação de valores de acordo com esse novo contrato. Essa nova empresa executa, de fato, o que a lei exige. Hoje o governo atual exigiu um pregão eletrônico do transporte escolar. Quando a CGU chegou em março, já tínhamos feito esse pregão. E temos 30% da frota como recomendação. Então seguimos todo processo o que a licitação exige do transporte escolar. A questão do superfaturamento, fica difícil de identificar, mais percebemos em março e com a visita da CGU fomos orientados tomamos as medidas cabíveis em suspender a empresa. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário, diz:** com

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

relação a frota de 30% carros, é recomendação do FNDE, para colocar no edital. **Com a palavra o Ver. Luciano Sérgio,** assim que começou o mandato em fevereiro solicitei documentação do **Secretário Fabricio,** e quando peguei os documentos e denuncias já tinha sido aprofundadas. Então a minha critica a esse Governo nesse processo é que demorou muito tempo para tomar as medidas cabíveis. Esse transporte escolar era mais caro que o transporte prestado á Petrobras. E fiz isso detalhadamente e apresentei aqui nesta Casa, conversei com o Secretário Fabricio e esse período foi muito longe. Na realidade antes de ser exposto, deviria ter uma contratação emergencial. Mas o que foi feito foi à renovação do contrato. Da mesma forma que elogiei, critico da forma que conduzido o processo. **Responde o Sr. Secretário, diz:** que respeita a posição do Vereador, mais o Secretário de Educação Fabricio Faro fez um aditivo e uma

supressão, e uma reavaliação do contrato e tomou algumas medidas. Após esse processo a SEDUC penalizou a empresa. **Com a palavra o Ver. Luciano Sérgio, diz:** que a impressão que dá, é que uma omissão do processo. Qual foi a medida jurídica da SEDUC a cerca desse escândalo do transporte escolar? **Responde o Sub Secretário Gean, diz:** pegou os e-mails trocado das empresas, para elementar processo, e em seguida passou ao Sr. James, que abriu o processo jurídico. Com relação às obras abandonadas, entregamos ao jurídico analisar esses processos. Em relação ao transporte escolar todos os elementos foram entregue ao jurídico. **Responde a Sra. Secretária, diz:** que o Prefeito provocou o controle interno, através uma auditória e fizéssemos um relatório nosso encaminhamos para procuradoria jurídica que abriu o processo de apuração de responsabilidade e ressarcimento de horário público. Então as empresas

que tiveram esse superfaturamento tiveram seu tempo de defesa, e nós finalizamos alguns pontos com judicialização nessa gestão. E com as obrigações rescisórias, concluímos da maternidade e da rede saúde. E iremos concluir a auditoria referente ao agente causador de 52 milhões de INSS E PASEP de obrigações acessórias que foram feitos por descumprimento de prazos. **Com palavra Ver. Luciano Sérgio,** como se descreve no imaginário da população. Temos o TCM que é um órgão auxiliar que aprova e reprova contas, temos o legislativo, e temos a mudança de uma gestão para outra. E vimos comemoração do gestor anterior com um rombo de 14 milhões, vimos 53 milhões de INSS e PASEP como agente causador, o transporte escolar. Como nós legisladores fica nesse ambiente? O que a população pensa da gente? respeito os técnicos e fica honrado quando ver uma funcionária pública exercendo a função de controladora. Mas temos que

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

ir para realidade. O Governo tem que o tomar essa realidade pra si. O Governo tem que fazer uma audiência pública para falar dessa realidade e se tornar isso público. **Com a palavra Ver. Luciano Almeida,** é um grande passe que o Governo para mostrar a transparência e lisura do processo é o pregão eletrônico. O que foi feito em um ano e oito meses? O que foi economizado diante dessas ações? Então vimos que o Governo tem procurado a acertar. Vimos hoje quem paga seu IPTU em dias é o assalariado, e os grandes devedores são os empresários. Alagoinhas tem tomar um norte e acabar apadrinhamentos. **Responde O Sr. Secretário, diz:** que em 2017 foi gerado uma economia de mais de 10 milhões. E a expectativa para 2018 consiga ter uma economia de 15 milhões. O lançamento de tributo pode ser feito em qualquer tempo. Quando chegamos queria conhecer o perfil do nosso contribuinte. Então aumentei de quatro

para seis parcelas. Acredito que a cada ano que se passa a arrecadação sejam melhores que os próximos anos. O único problema que temos é a entrega dos carnês. O pregão eletrônico é um caminho sem volta. Hoje usamos de forma obrigatória. **Com a palavra Ver. Luciano Sérgio,** se é um avanço com o pregão eletrônico, o governo à uma falha séria, que é a falha do objeto. Tem uma falha do objeto que vai para o inexis dentro do próprio município. Por exemplo, no caso dos advogados. Isso é coisa que tem ser estancada. **Responde o Sr. Secretario, diz:** que fica muito tranquilo com relação as inexis. Porque não tiveram nenhuma notificação do tribunal. Porque o tribunal de contas visualiza razoabilidade de valor. Então se um advogado foi contratado pelo um honorário de dez mil/mês, e pelo um município dois mil/mês, o tribunal faz a comparação da razoabilidade. **Responde a Sra. Secretária Leila Carla, diz:** as

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

notificações referente ao SIGA (Sistema Integrado de Gestão e Auditoria) é feito pelo TCM, ele analisa as contratações, e os processos licitatórios. Ressalta de não ter recebido notificação em 2018, mais o que se refere a 2017 o olhar critico para o TCM não entrou nessa visibilidade. Com relação da CGU a administração tem tomando medidas. Não temos o feedback com relação ao ano de 2018 do TCM. Porque está havendo um atraso de notificações. Mas se a controladoria receber em tempo vai ajustar com o governo para avaliar todas as contratações junto ao processo licitatório. **Com a palavra ver. Luciano Sérgio, diz:** que o transporte escolar no período do Prefeito Paulo César o TCM aprovou e não teve problema nenhum. E isso foi crime. Mas na realidade foi um processo altamente forjado. Já sabemos o que acontece com relação a essa inexis. E isso só não acontece em Alagoinhas, mas sim a nível de Bahia e Brasil. Obrigado! **Nada mais**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

havendo, o Sr. Presidente convoca os Srs. Vereadores para a próxima Sessão, que se realizará no próximo dia 02 do corrente mês e, em nome de Deus, encerrou os trabalhos.

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO